

## *economia - Brasil* Coluna do Castello

### Com quem falar, eis a questão

Se há um consenso nacional, hoje, está no amplo reconhecimento de que a crise econômico-financeira passou a ser a prioridade número um sem embargo de que, concomitantemente, se saiba que não há mais solução possível que não seja política. Os caminhos para manter a atual orientação, para mudá-la ou para revê-la, todos são políticos, dado que as hipóteses técnicas são bastante conhecidas e debatidas. Há opções políticas que o Governo fará, ou não fará, mas, se não as fizer, corre os riscos, em respeito a seus tecnocratas, de uma omissão que o país já não suporta. Não que esse Governo tenha sido omisso, mas é que tudo indica que ainda não se chegou politicamente a um processo adequado a atender ao mesmo tempo as exigências do FMI e a realidade social e econômica do país. Até *The New York Times* no seu editorial amplamente divulgado, entende que há exigências excessivas tendo como ponto de referência a situação interna do Brasil.

Governo e Oposição estão entendidos no que diz respeito a essa prioridade, embora o Governo insista em obedecer a normas ou exigências que parecem incompatíveis com a realidade com que nos defrontamos. No PDS já são numerosas as vozes que postulam uma mudança de técnicas de enfrentamento do problema econômico, aderindo a manifestações que se generalizam em todos os grupos sociais.

O PMDB, profundamente tocado pelo problema ao qual atribui a devida importância, já se dispõe a alterar sua inflexibilidade política para se pôr à disposição do Governo ou da nação, como prefere dizer, para encontrar em comum soluções adequadas às dimensões da crise e da angústia do país. Seus dirigentes começam a entender que se a reforma política, isto é, se o retorno aos métodos nitidamente democráticos, é o caminho irreversível, neste momento a crise econômico-financeira, por suas dimensões, determina que a política se faça no sentido de identificar a prioridade do problema econômico. Todas as forças devem unir-se para que o país possa comportar-se como uma unidade diante de questões que não se resolvem sem a prévia afirmação de uma diretriz nacional.

Em tese a questão está posta e o PMDB se mobiliza para ter propostas alternativas na base das quais possa negociar com o Governo (ou com a nação, como insistem seus dirigentes) um método de ação que unifique o país diante de um quadro que ameaça sua estabilidade econômica, social e política. O deputado Ulisses Guimarães, que amadureceu sua decisão ao longo de um mês de meditação e de restauração de suas forças físicas, dispõe-se a enfrentar incompreensões dentro do seu próprio partido para encaminhar propostas capazes de unificar a nação. O problema está em que, resolvido o problema no âmbito do PMDB, com o consenso de suas principais lideranças, políticas e intelectuais, não há como chegar ao Governo, isto é, ao esquema de forças que controla e absorve o poder de decisão.

O Presidente em exercício, Sr. Aureliano Chaves, não é inabordável. Antes pelo contrário. Por sua vivência política, seria alguém apto a entender o quadro e a dispor-se a discutir a situação. Alguns contactos devem ter sido feitos com ele. Mas, na verdade, embora ele se irrite com a invocação do seu estado de interinidade, falta-lhe a plenitude de poder, quando o exerce por prazo limitado e assessorado por uma equipe que ele não escolheu e que definiu políticas somente removíveis pela opção do ocupante permanente do cargo. Querer negar essa realidade não faz sentido, mesmo porque, identificando-a, não se está acusando de nada o Vice-Presidente da República, cujo notável desempenho nessa interinidade o credenciou como alternativa presidencial que mais sensibiliza no momento os que tratam da escolha do próximo Presidente da República.

Não é ainda com o Sr. Aureliano Chaves que o problema deva ser discutido. O Ministro Delfim Neto, responsável pela execução de uma política por ele formulada, embora endossada pelo Presidente Figueiredo, ainda está no comando das decisões econômicas mediante a respeitável e inevitável transigência do Vice-Presidente da República. Falta ao PMDB uma porta que o leve ao Presidente efetivo, cuja mão estendida continua a ser mais uma figura de retórica do que uma realidade política. No fundo, o Presidente Figueiredo ainda não está preparado para negociar com a Oposição e chegar com ela a um consenso. Ele fez muito pela democratização, mas a índole do seu Governo é autocrática, tanto quanto é autoritário seu estilo. É uma questão de formação.

*Carlos Castello Branco*